

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

**Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de
2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6-7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1.894
Salas 204 e 205 - 2º andar
78050-000 - Cuiabá/MT - Brasil
Telefone +55 (65) 2127-0342
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasol Participações e Empreendimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasol Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 19 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/F-7



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	170.974.508	23.592.606	237.629.792	67.120.870
Aplicações financeiras	10	36.468.750	-	36.468.750	-
Ativos Recebíveis	11	143.353.650	-	143.353.650	-
Contas a receber	12	-	-	13.007.464	5.310.764
Adiantamentos	13	13.200	-	21.636.290	20.203.391
Estoques	14	-	-	6.416.530	7.655.378
Tributos a compensar	15	1.872	148.863	2.578.032	1.193.276
Outros créditos	16	1.182.780	859.011	-	1.000
Despesas antecipadas		722.847	87.445	931.529	118.385
Total do ativo circulante		352.717.606	24.687.925	462.022.037	101.603.064
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	12	-	-	107.368.448	73.293.183
Tributos a compensar	15	1.828.219	-	8.103.906	3.936.570
Aplicações financeiras	10	22.625.066	-	22.625.066	-
Ativos fiscais diferidos	17	1.625.355	224.586	9.490.439	4.002.557
		26.078.640	224.586	147.587.859	81.232.310
Investimentos	18	347.628.033	151.559.174	-	-
Imobilizado	19	-	-	227.845.670	30.407.390
Direito de uso	20	-	-	15.482.886	2.320.826
Total do ativo não circulante		373.706.673	151.783.760	390.916.415	113.960.526
Total do ativo		726.424.279	176.471.685	852.938.452	215.563.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	24	191.063.859	-	191.063.859	-
Fornecedores	21	97.569	-	20.393.027	23.757.678
Salários e encargos sociais	22	3.100	3.641	1.772.651	874.314
Obrigações tributárias	23	64.547	-	2.480.641	996.881
Arrendamentos a pagar	20	-	-	1.285.109	442.172
Instrumentos financeiros derivativos	24	5.210.436	-	5.210.436	-
Outras obrigações	25	124.092	11.365	183.070	371.365
Total do passivo circulante		196.563.603	15.007	222.388.794	26.442.410
Não circulante					
Obrigações tributárias	23	-	-	10.564.789	6.779.619
Arrendamentos a pagar	20	-	-	19.450.024	2.953.272
Provisão para perda por equivalência patrimonial	18	310	-	-	-
Passivos fiscais diferidos	17	-	-	2.305.366	2.931.610
Outras obrigações	25	196.157	-	68.565.275	-
		196.467	-	100.885.455	12.664.501
Patrimônio Líquido					
Capital social	26	202.466.257	2.445.320	202.466.257	2.445.320
Reservas de capital	26.a	346.595.525	178.946.741	346.595.525	178.946.741
Prejuízos acumulados	26.b	(19.397.573)	(4.935.383)	(19.397.579)	(4.935.383)
Total do patrimônio líquido		529.664.209	176.456.678	529.664.203	176.456.678
Total do passivo		196.760.070	15.007	323.274.249	39.106.912
Total do passivo e do patrimônio líquido		726.424.279	176.471.685	852.938.452	215.563.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	27	-	-	189.799.605	75.807.781
Custos	28	-	-	(155.543.710)	(65.544.880)
Lucro bruto		-	-	34.255.896	10.262.902
Despesas administrativas, comerciais e gerais	28	(1.037.382)	(1.380.442)	(38.272.365)	(13.155.442)
Outras despesas operacionais		-	-	(3.586.290)	(785.117)
Outras receitas operacionais		-	-	4.003.118	2.332.036
Equivalência patrimonial	18	(10.026.420)	(3.101.058)	-	-
Total Despesas/Receitas operacionais		(11.063.801)	(4.481.500)	(37.855.537)	(11.608.523)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(11.063.801)	(4.481.500)	(3.599.641)	(1.345.622)
Receitas financeiras	29	8.723.472	497.977	14.889.984	884.870
Despesas financeiras	29	(13.522.631)	(41.028)	(31.477.252)	(2.193.519)
Total Resultado financeiro		(4.799.159)	456.950	(16.587.267)	(1.308.649)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(15.862.960)	(4.024.550)	(20.186.908)	(2.654.270)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	-	-	(587.615)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1.400.770	224.586	6.312.327	(1.145.694)
Prejuízo do exercício		(14.462.191)	(3.799.964)	(14.462.196)	(3.799.964)
Prejuízo por ação do capital social		(1,143)	(1,187)	(1,143)	(1,187)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(14.462.191)	(3.799.964)	(14.462.196)	(3.799.964)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(14.462.191)</u>	<u>(3.799.964)</u>	<u>(14.462.196)</u>	<u>(3.799.964)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Notas Explicativas	Atribuído aos sócios controladores			Patrimônio líquido consolidado	
		Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados		Total
Saldos em 1o. de janeiro de 2022		2.444.933	22.943.769	(1.135.418)	24.253.284	24.253.284
Aumento de capital		386	-	-	386	386
Reserva de ágio		-	156.002.972	-	156.002.972	156.002.972
Prejuízo do exercício		-	-	(3.799.964)	(3.799.964)	(3.799.964)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.445.320	178.946.741	(4.935.382)	176.456.678	176.456.678
Aumento de capital	26 a.	200.020.937	-	-	200.020.937	200.020.937
Reserva de ágio	26 b.	-	167.648.784	-	167.648.784	167.648.784
Reserva de capital	26 b.	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(14.462.196)	(14.462.196)	(14.462.196)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		202.466.257	346.595.525	(19.397.578)	529.664.203	529.664.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa da atividade operacional				
Prejuízo do exercício	(14.462.191)	(3.799.965)	(14.462.196)	(3.799.964)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais				
Depreciações	-	-	183.843	160.519
Equivalência patrimonial	10.026.420	3.101.058	-	-
Impostos diferidos	(1.400.770)	(224.586)	5.724.712	(1.145.694)
Prejuízo ajustado	(5.836.541)	(923.493)	(8.553.640)	(4.785.139)
Varição de ativos e passivos				
Ativos Recebíveis	(143.353.650)	-	(143.353.650)	-
Clientes	-	-	(41.771.965)	(73.465.680)
Adiantamentos/Fornecedores	(13.200)	-	(1.432.899)	(19.182.414)
Impostos retidos e recuperar	(1.681.228)	(99.513)	(1.321.635)	(4.903.106)
Estoque	-	-	1.238.848	(7.655.378)
Outros créditos	-	-	(3.487.410)	32.368
Despesas antecipadas	(635.401)	(66.456)	(813.144)	(74.899)
Imobilizado em Andamento	-	-	(208.967.583)	(14.468.252)
Fornecedores	97.569	(1.368)	(3.364.651)	13.357.913
Obrigações c/peçoal e encargos	(541)	2.541	898.337	702.363
Obrigações tributárias	64.547	(1.067)	(7.311.954)	9.930.460
Outras obrigações	-	-	85.716.669	8.289.693
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(151.358.444)	(1.089.356)	(332.524.678)	(92.222.070)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo	-	-	(1.816.599)	(926.450)
Investimentos em aplicações financeiras	-	-	(59.093.816)	-
Investimentos	(265.203.669)	(132.247.394)	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(265.203.669)	(132.247.394)	(60.910.415)	(926.450)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	200.020.937	386	200.020.937	-
Capitalização de reserva de capital	167.648.784	156.002.973	167.648.784	156.003.359
Captação e Amortização de Empréstimos e Financiamentos	196.274.295	-	196.274.295	-
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	563.944.016	156.003.359	563.944.016	156.003.359
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	147.381.902	22.666.609	170.508.922	62.854.838
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.592.606	925.997	67.120.870	4.266.032
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	170.974.508	23.592.606	237.629.792	67.120.870
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	147.381.902	22.666.609	170.508.922	62.854.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em reais)

1. Contexto operacional

A Brasol Participações e Empreendimentos S.A., a “Companhia”, é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída, inicialmente, como Companhia limitada em 18 de novembro de 2019, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia desenvolve, possui e opera infraestrutura de transição energética, disponibilizando esses ativos para clientes corporativos por meio de locações de longo prazo e contratos operacionais.

1.1 Companhias do grupo

Operações das Controladas

	Participação acionária %	
	2023	2022
Brasol Soluções Energéticas Ltda	100%	100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 2 Ltda	100%	100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 3 Ltda	100%	100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 4 Ltda	100%	100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 5 Ltda	100%	100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 6 Ltda	100%	100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda	100%	100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 8 Ltda	100%	100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 9 Ltda	100%	100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 10 Ltda	100%	100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 11 Ltda	100%	100%
Brasol Sistemas de Energia Solar 12 Ltda	100%	100%
Brasol Electric Vehicles Ltda	100%	100%
Brasol Subestações de Energia Ltda	100%	100%
Brasol Renewables Investment Company - BRIC Investimentos Ltda.	100%	100%
UFV união Empreendimentos Fotovoltaicos Ltda	100%	100%

I. Brasol Soluções Energéticas Ltda.

A Brasol Soluções Energéticas Ltda. (“BSOL”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 16 de agosto de 2017, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de consultoria, assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, seleção, manutenção, gerenciamento e administração de projetos de engenharia relacionados à geração de energia. A BSOL, detém todas as funções de suporte para o desenvolvimento, construção e gestão dos projetos da Companhia. Todo o *BackOffice* da Companhia transita através da BSOL, incluindo a folha de pagamento (com

exceção da BRIC), aluguéis de escritórios, assim como as atividades de operação e manutenção de todos os projetos da Companhia.

II. Brasol Sistemas de Energia Solar 2 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 2 Ltda. (“BSE2”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 6 de junho de 2019, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador. Além da sua sede, a BSE2 conta com filiais conforme o seguinte detalhe:

- Filial 1: Com endereço à Rodovia TO 342 – Parte do Lote 22 Gleba 02, S/N, no Município de Miracema, Estado de Tocantins, CEP 77650-000, CNPJ 33.849.580/0006-50; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 2: Com endereço na RO 471, Lote 08-G, S/N, Zona Rural, no Município de Cacoal, Estado de Rondônia, CEP 769668-899, CNPJ 33.849.580/0002-26; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 3: Com endereço na Rodovia AP 020 S/N, Marabaixo, no Município de Macapá, Estado do Amapá, CEP 68909-899, CNPJ 33.849.580/0004-98; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 4: Com endereço na Estrada RR 04 Área de Loteamento Joao Carlos, Lt. 19 – Ao lado do Sítio das Abelhas no Município de Boa Vista, Estado de Roraima, CEP 69339-899 CNPJ 33.849.580/0003-07; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 5: Com endereço na Rodovia Manoel Urbano Km 13- lote 54ª, Gleba Cacau Pirera, no Município de Iranduba, Estado do Amazonas, CEP 69415-000, CNPJ 33.849.580/0007-30; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 6: Com endereço na BR 364, Km 02 Ramal Belo Jardim, Colônia Mineira, no Município de Rio Branco, Estado do Acre, CEP 69923-899, CNPJ 33.849.580/0005-79; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99.

III. Brasol Sistemas de Energia Solar 3 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 3 Ltda. (“BSE3”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 01 de dezembro de 2020, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, conjunto 112, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador.

IV. Brasol Sistemas de Energia Solar 4 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 4 Ltda. (“BSE4”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 05 de março de 2021, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos

de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador. Além da sua sede, a BSE4 conta com uma filial conforme o seguinte detalhe:

- Filial 1: Com endereço na Rua Bom Jesus, nº 212, Condomínio Bom Jesus, sala 1904 – 19º andar, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80035-010, CNPJ 41.706.315/0002-17; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 2: Com endereço Est Sitio IMC Lote 8 A Gleba, 11, Zona Rural, Brasil Novo, PA, CEP:68148-970, CNPJ 41.706.315/0003-06; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 3: Com endereço Av Projetada 10, S/N, Miritituba, Itaituba, PA, CEP:68191-400, CNPJ 41.706.315/0004-89; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 4: Com endereço Estrada Principal SB, Area 4, São Manoel, Grussai, São João da Barra, RJ, CEP:28200-000, CNPJ 41.706.315/0006-40; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 5: Com endereço AC VRS-304, 6720, Arroio Grande, Santa Maria, RS, CEP:97120-000, CNPJ 41.706.315/0008-02; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 6: Com endereço Sit Barranco Alto, SN, Zona Rural, Rosário Oeste, Rosário Oeste, MT, CEP:78480-000, CNPJ 41.706.315/0009-93; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 7: Com endereço Estv de botelho KM8, 1000, Zona Rural, Sitio Belas Águas, Poços de Caldas, MG, CEP:37701-970, CNPJ 41.706.315/0010-27; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 8: Com endereço CPO Jaracatia - Guaruma e Piratininga, S/N, Centro, Iconha, Espírito Santo-ES, CEP:29280-000, CNPJ 41.706.315/0012-99; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 9: Com endereço Rod Marechal Rondon SP 300, S/N, Avecuia, Porto Feliz, São Paulo-SP, CEP:18546-412, CNPJ 41.706.315/0013-70; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 10: Com endereço Est Municipal Porto Feliz ao bairro sete fogoes, S/N, Registro (Sitio Três Estrelas), Porto Feliz, São Paulo-SP, CEP:18549-899, CNPJ 41.706.315/0014-50; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 11: Com endereço Est São Bartolomeu, KM03, Sitio Santa Mariana, Piquerobi, São Paulo-SP, CEP:19410-000, CNPJ 41.706.315/0015-31; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 12: Com endereço Rod Euclides da Cunha, KM 504, Estancia Vicenzo, Cosmorama, São Paulo-SP, CEP:15530-000, CNPJ 41.706.315/0016-12; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;

- Filial 13: Com endereço Est Municipal Orlandia a Nuporanga, KM 08, Sítio Cristalina (Zona Rural), Orlandia, São Paulo-SP, CEP:14620-000, CNPJ 41.706.315/0017-01; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 14 (VOLTS): Com endereço R Padre Vicente Prospero, 145, Quadra Area A 3 2, 28630-150, Duas Pedras, Nova Friburgo, Rio de Janeiro-RJ, CEP:28630-150, CNPJ 41.706.315/0019-65; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 15: Com endereço Est Silveira da Mota, S/N, KM 26, Posse, Petropolis, Rio de Janeiro-RJ, CEP:25770-460, CNPJ 41.706.315/0020-07; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;
- Filial 16: Com endereço R D, S/N, Quadra 23 Lote 12 A 17, Jardim Estoril, Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso-MT, CEP:78180-000, CNPJ 41.706.315/0021-80; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;

V. Brasol Sistemas de Energia Solar 5 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 5 Ltda. (“BSE5”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 24 de setembro de 2021, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, conjunto 112, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador.

VI. Brasol Sistemas de Energia Solar 6 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 6 Ltda. (“BSE6”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 11 de julho de 2022, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador. Além da sua sede, a BSE6 conta com uma filial conforme o seguinte detalhe:

- Filial 1: Com endereço na Estrada Rio São Paulo, nº 6011, Lote 06, Campo Grande, CEP: 23075-900– Rio de Janeiro, RJ; CNPJ 41.706.315/0002-17; tem como objetivo o aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, com o CNAE 77.39-0-99;

VII. Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda. (“BSE7”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 22 de dezembro de 2022, com sede na Av Ayrton Senna Da Silva, S/N, 78098-282, Distrito Industrial, Cuiabá, Mato Grosso, MT, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador.

VIII. Brasol Sistemas de Energia Solar 8 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 8 Ltda. (“BSE8”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 27 de junho de 2023, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador.

IX. Brasol Sistemas de Energia Solar 9 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 9 Ltda. (“BSE9”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 11 de julho de 2023, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador.

X. Brasol Sistemas de Energia Solar 10 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 10 Ltda. (“BSE10”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 11 de julho de 2023, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador.

XI. Brasol Sistemas de Energia Solar 11 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 11 Ltda. (“BSE11”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 22 de setembro de 2023, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador.

XII. Brasol Sistemas de Energia Solar 12 Ltda.

A Brasol Sistemas de Energia Solar 12 Ltda. (“BSE12”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 26 de setembro de 2023, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador.

XIII. Brasol Electric Vehicles Ltda.

A Brasol Electric Vehicles Ltda. (“BREV”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 10 de fevereiro de 2023, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores.

XIV. Brasol Subestações de Energia Ltda.

A Brasol Subestações de Energia Ltda. (“BSUB”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 03 de março de 2023, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador.

XV. Brasol Renewables Investment Company - BRIC Investimentos Ltda.

A Brasol Renewables Investment Company - BRIC Investimentos Ltda. (“BRIC”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 22 de agosto de 2023, com sede na Rua Flórida, 1595, conjunto 111, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde executa atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. Além da BSOL, a BRIC conta com sua própria folha de pagamento.

XVI. UFV união Empreendimentos Fotovoltaicos Ltda.

A UFV união Empreendimentos Fotovoltaicos Ltda. (“VOLTS”) é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 18 de setembro de 2023, com sede na Rua Luiz Bravo, 133, sala 07 na cidade de Rio de Janeiro, Estado de Três Rios, onde executa suas operações de aluguel de módulos de energia solar, máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023 em 19 de abril de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Mensuração a valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, do Grupo são classificados como “nível 2”.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras consolidada em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 30 - Instrumentos financeiros

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 20** – se um contrato possui ou não um arrendamento;
- **Nota explicativa 27** – reconhecimento da receita: se a receita de aluguel é reconhecida ao longo do tempo ou em momento específico no tempo;

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** – definição da taxa de desconto a aplicar no registro dos recebíveis de contratos de aluguel de longo prazo a valor presente;
- **Nota explicativa 17** – reconhecimento de impostos de renda e contribuição social diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões para conclusão de projetos que já registraram entrada em operação comercial.

5. Mudanças nas políticas contábeis materiais

a. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2) - Arrendamentos na data de início de um arrendamento.

Em consonância com as alterações do CPC 32, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32.

As alterações aplicam-se a transações que ocorram no ou após o início do período comparativo mais antigo apresentado. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outro componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

b. Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26)

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 7 Políticas contábeis materiais (em 2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

7. Principais políticas materiais

As políticas contábeis descritas em detalhe a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Saldos, transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo são eliminados na comparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as entidades consolidadas;
- Eliminação das participações da Companhia no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre a Companhia e suas controladas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento a curto prazo, porém, com liquidez diária são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

c. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de bens, serviços e aluguéis no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

d. Ajuste a valor presente

Em consonância com o item c, e para refletir adequadamente as contabilizações resultantes, a Companhia e suas controladas devem realizar o reconhecimento das suas contas a receber líquidas, representado pelo valor equivalente ao investimento líquido, que é o investimento bruto ajustado a valor presente, contra uma receita na demonstração do resultado do exercício. Em outras palavras, a receita total do contrato de ELA (vide nota explicativa 7.m) menos seu respectivo ajuste a valor presente (“AVP”).

Conforme o CPC 06 (R2) – Arrendamentos:

- “Investimento bruto no arrendamento é a soma: (a) dos pagamentos do arrendamento a receber pelo arrendador em arrendamento financeiro; e (b) de qualquer valor residual não garantido de responsabilidade do arrendador,” e
- “O investimento líquido no arrendamento é o investimento bruto no arrendamento descontado à taxa de juros implícita no arrendamento. A taxa de juros implícita no arrendamento é a taxa de juros que faz com que o valor presente (a) dos pagamentos do arrendamento e (b) do valor residual não garantido seja igual à soma (i) do valor justo do ativo subjacente e (ii) de quaisquer custos diretos iniciais do arrendador.”

Dessa forma, os recebimentos de arrendamento incluídos na mensuração do investimento líquido compreendem os recebimentos fixos em essência e não possuem qualquer contraprestação variável alocada. Os valores correspondentes ao desconto do fluxo de caixa do contrato de arrendamento a valor presente levam em consideração o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (“AVP”) e são controlados em uma conta redutora das Contas a Receber.

e. Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

f. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros com os custos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Custos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

No contexto da infraestrutura desenvolvida para cumprir as obrigações do ELA (vide nota explicativa 7.m), a Companhia e suas controladas registram todo o custo capitalizável dos projetos no grupo de imobilizado. No momento do reconhecimento da receita, ou seja, quando a Companhia e suas controladas entregam o Aviso de COD para os clientes, cumprindo assim o objeto do contrato de ELA (vide nota explicativa 7.m) e gerando o direito creditório que vira uma Conta a Receber, a Companhia e suas controladas reconhecem o custo da receita com a baixa do imobilizado em

andamento representado pelos gastos capitalizáveis incorridos no projeto durante a fase de desenvolvimento e construção.

g. Intangível

Os intangíveis têm uma vida útil alinhada com a duração máxima dos contratos em vigor da Companhia e suas controladas. Esses intangíveis são mensurados a custo menos amortização acumulada.

A amortização dos intangíveis é realizada conforme o método linear, sendo reconhecido como resultado baseado na vida útil estimada dos ativos intangíveis na data que estão disponíveis para uso ou baixado proporcionalmente no momento da interconexão efetiva.

Os métodos de amortização, vida útil e valores residuais são revisados anualmente e ajustados, se aplicável.

h. Fornecedores

Fornecedores e outras contas a pagar – As contas a pagar aos fornecedores e outros são reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

i. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia e suas controladas não possuem benefícios a empregados relevantes, tais como planos de contribuição previdenciária e/ou benefícios definidos.

j. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

- (i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade

do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Conforme CPC 06, os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de Tecnologia de Informação (“TI”). A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia e suas controladas atuam como arrendador, determinam, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente, como divulgado na nota 7 (m). Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia e suas controladas são um arrendador intermediário, contabilizam seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. A Companhia e suas controladas avaliam a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia e suas controladas, como arrendatário, realizam a contabilização aplicando a isenção descrita acima, classificando o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia e suas controladas aplicam o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia e suas controladas aplicam os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia e suas controladas também revisam regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

k. Capital social

(i) Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

(ii) Ações preferenciais

As ações preferenciais da Companhia são classificadas como capital social, pois elas não preveem nem um prazo específico de resgate nem uma remuneração anual fixada por conceito de juros.

l. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Receita de arrendamento ("Aluguel")	A Companhia e suas controladas adotam uma estrutura específica para viabilizar seu modelo de negócio. Particularmente, a Companhia e suas controladas assinam um contrato de longo prazo (média atual de 17,5 anos) na figura de um Equipment Lease Agreement - ("ELA"), incluindo dentro desse tipo de contrato a figura de Built To Suit ("BTS"), que segue os termos do Artigo 54-A da Lei Federal nº 8.245/1991 (artigo incluído pela lei nº 12.744, de 19 de dezembro de 2012). O ELA tem como objeto a implementação do projeto em um imóvel pela Companhia e suas controladas para sua posterior locação aos seus clientes. A conclusão do projeto é formalizada pela emissão do aviso de Commercial Operation Date ("Aviso de COD"), onde é informado que o sistema em questão foi montado, testado, comissionado, instalado e disponível para uso. Com a entrega do Aviso de COD, a Companhia e suas controladas cedem todos os seus direitos de posse do projeto e da infraestrutura aos clientes. Nesse momento, todas as	O reconhecimento dos direitos creditórios imobiliários é realizado pelo valor futuro, de acordo com o valor estipulado em contrato. Refletindo, de tal forma, os aspectos da norma contábil CPC 06 (R2) – Arrendamento, relacionadas ao Arrendador e Arrendador fabricante para efetuar os registros contábeis. Na celebração do contrato de ELA com os clientes, o contrato é classificado como arrendamento financeiro, pois atende aos critérios a seguir apresentados no CPC 06 (R2): <ul style="list-style-type: none">• Transmite ao Cliente o direito de controlar o uso de ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação" (item 9);• Transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente" (item 62);

	<p>obrigações da Companhia e suas controladas no ELA são integralmente satisfeitas e o contrato é considerado como perfeitamente performado pela Companhia e suas controladas, dando início as obrigações de pagamento por parte dos clientes. Uma vez performado o contrato, a Companhia e suas controladas criam direitos creditórios de caráter imobiliário correspondentes aos respectivos aluguéis fixos mensais a receber dos seus clientes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O prazo do contrato é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente, mesmo a propriedade não sendo transferida na data da celebração do contrato” (item 63 c); • O valor presente dos recebimentos do arrendamento equivale substancialmente à totalidade do valor justo do ativo subjacente e o ativo subjacente é de natureza tão especializada que somente o Cliente/Arrendatário pode usá-lo sem modificações importantes” (item 63 d), e • As perdas do arrendador associadas ao cancelamento do contrato por parte do arrendatário são arcadas pelo arrendatário” (item 64 a). <p>Ajuste a Valor Presente: Dessa forma, nesse momento é onde está concentrado a maior parte dos lançamentos contábeis. Segundo o CPC 06 (R2) – Arrendamento (Item 71): “na data de início, para cada um de seus arrendamentos financeiros, o arrendador fabricante ou revendedor deve reconhecer o seguinte: (a) a receita que é o valor justo do ativo subjacente ou, se for inferior, o valor presente dos recebimentos de arrendamento de responsabilidade do arrendador, descontado, utilizando a taxa de juros de mercado; (b) o custo de venda, que é o custo, ou valor contábil, caso seja diferente, do ativo subjacente menos o valor presente do valor residual não garantido; e (c) o resultado na venda (que é a diferença entre a receita e o custo da venda), de acordo com sua política para vendas diretas à qual se aplica o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O arrendador fabricante ou revendedor deve reconhecer o resultado na venda em arrendamento financeiro na data de início, independentemente de se o arrendador transfere o ativo subjacente, conforme descrito no CPC 47.</p>
<p>Receita de prestação de serviço</p>	<p>A Companhia e suas controladas prestam serviços e visa fornecer as atividades de operação, manutenção e gestão requeridas na infraestrutura (o contrato de Equipment Operations Agreement (“EOA”). O reconhecimento dessa receita, e, por sua vez, é reconhecida mensalmente durante o prazo do EOA e é comprovado com a emissão de documento fiscal de suporte.</p>	<p>A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que o Grupo vende os serviços em transações separadas.</p>
<p>Receita de venda de mercadoria</p>	<p>Os clientes obtêm o controle de produtos quando os produtos são entregues ao cliente. As faturas são emitidas e a receita é reconhecida naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias.</p>	<p>A receita é reconhecida quando as mercadorias são entregues ao cliente.</p>

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Rendimento sobre aplicações financeiras;
- Juros sobre atualização de contas a receber e impostos a recuperar;
- Descontos obtidos;
- Despesas bancárias;
- Seguros fiança;
- Descontos concedidos;
- Ganhos ou perdas decorrentes de processos através do mercado de capitais, como securitizações; e
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos;

As receitas e a despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

o. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

p. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se esperam aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

q. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 48 Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de hedge) a fim de apresentar a divulgação para classificação e mensuração de perdas ao valor recuperável.

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao Valor Justo através do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Administração da Companhia e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída uma provisão pela desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao

seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base no custo de capital da Companhia. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em Contrato de Venda firmado em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas não identificaram evidências de risco de recuperação dos ativos e, portanto, não registrou qualquer provisão para perda relacionada ao ativo imobilizado e intangível.

Passivos Financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos), é reconhecido no resultado.

r. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

s. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

t. Redução ao valor recuperável de ativo

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “*impairment*,” quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

u. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são

efetuadas de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes,” do Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em Nota Explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

8. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Normas e interpretações aplicáveis para exercícios anuais ou períodos iniciados em 1º de janeiro de 2024

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Conforme divulgado na nota 25, a Empresa tem empréstimos bancários com garantia que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora parte destes passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Empresa liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40);
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

9. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	-	-	300
Bancos	181.971	19.224	5.693.139	2.937.533
Aplicações financeiras	170.792.537	23.573.382	231.936.653	64.183.037
Total	170.974.508	23.592.606	237.629.792	67.120.870

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários “CDI” e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação da taxa de depósito interbancário, e possuem liquidez imediata. O percentual de rendimento da Companhia sobre CDI é de 102%. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

A exposição das entidades controladas a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa 31.

10. Aplicação financeira

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<i>Apresentadas no ativo circulante</i>				
Aplicações financeiras scrow account (i)	36.468.750	-	36.468.750	-
Total	36.468.750	-	36.468.750	-
<i>Apresentadas no ativo não circulante</i>				
Aplicações em cotas subordinadas (ii)	22.625.066	-	22.625.066	-
Total	22.625.066	-	22.625.066	-

- i) O valor destinado a conta *scrow account* como garantia da entrada do novo investidor, se mantém em aplicação financeira detendo o valor até que seja formalizado ou necessário a utilização do saldo em acordo com as partes.
- ii) A Companhia realizou no ano de 2023 investimentos no fundo CRI Enersim adquirindo uma tranches de cotas subordinadas equivalente a 20% do valor da emissão. Essa estrutura estabelece uma ordem de prioridade do recebimento através da criação de diferentes classes de cotistas. No caso da Brasol, a classe subordinada tem uma taxa de retorno maior que a classe Sênior. Além disso, o cotista é elegível a um prêmio. Esse prêmio distribui excedentes gerados no processo a essa classe, podendo levar a taxas internas de retorno (“TIR”) para IPCA+35%. As referidas cotas vencem em 28 de março de 2039.

11. Ativos recebíveis

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reembolso de despesas	15.000.000	-	15.000.000	-
Chamadas de capital para projetos	128.353.650	-	128.353.650	-
Total	143.353.650	-	143.353.650	-

O valor dos ativos recebíveis correspondem a:

- (i) R\$ 15.000.000 Reembolsos de despesas da transação de Fusões e Aquisições realizada pela Companhia em 28 de dezembro de 2023; e
- (ii) R\$ 128.353.650 destinada a “chamadas de capital” para atender os projetos conforme estatuto e contrato de liquidação. Esse valor é uma obrigação contratual por parte do novo acionista da Companhia, com disponibilidade para atender os projetos ao longo do ano.

12. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Contas a receber	18.140.666	8.716.847
(-) Ajuste a valor presente	(5.133.202)	(3.406.083)
Total	13.007.464	5.310.764
Não circulante		
Contas a receber	187.098.591	134.881.859
(-) Ajuste a valor presente	(79.730.142)	(61.588.676)
Total	107.368.448	73.293.183
Total		
Contas a receber	205.239.256	143.598.706
(-) Ajuste a valor presente	(84.863.344)	(64.994.759)
Total	120.375.912	78.603.947

A taxa de desconto utilizada no cálculo do AVP leva em consideração o custo de capital que os sócios da Brasol estavam dispostos a estender recursos a Companhia (8,24% - 8,00% anual com acumulação trimestral).

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito, de mercado e análise de sensibilidade para os ativos estão apresentados na nota explicativa 31.

13. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores	13.200	-	21.636.290	20.203.391
Total	13.200	-	21.636.290	20.203.391

Os valores referentes a adiantamentos são destinados principalmente para a operação da Companhia e suas controladas onde existe a necessidade de antecipar valores à fornecedores para a aquisição de módulos, componentes e equipamentos para a construção dos projetos.

14. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias para revenda	4.269.887	9.886.154
Matéria-Prima	2.034.933	22.464
Remessa para entrega futura	111.710	537.264
(-) Venda para entrega futura	-	(2.790.505)
Armazenagem	-	-
Total	6.416.530	7.655.378

A Companhia e suas controladas adotaram a estratégia de constituição do estoque com o propósito de mitigar riscos de oscilação do dólar e de gerar eficiência na entrega dos projetos. As Mercadorias para revenda fazem parte do estoque físico da Companhia e suas controladas e são constituídas em sua maioria por módulos e inversores, tais equipamentos encontram-se a disposição para atender as demandas dos projetos.

O estoque demonstrado em remessa para entrega futura, estão em poder de terceiros passando por processo de recebimento da mercadoria por parte da Companhia e suas controladas.

Para o estoque que se encontra em venda para entrega futura, são equipamentos que a Companhia e suas controladas realizaram a venda de simples faturamento e cuja remessa para os terceiros ainda não foi realizada.

15. Tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Programa de Integração Social (PIS) retido Lei 10833/03	-	-	308.269	163.546
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) retido Lei 10833/03	-	-	1.427.622	753.341
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) retido Lei 10833/03	-	-	43.484	14.250
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) Retido	1.872	148.863	754.455	227.280
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) a recuperar	-	-	11.660	2.334
Imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) Antecipado	-	-	22.327	22.327
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) Antecipado	-	-	10.198	10.198
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a Recuperar	-	-	17	-
Total	1.872	148.863	2.578.032	1.193.275
Não circulante				
Crédito de Programa de Integração Social (PIS) (a)	-	-	1.119.447	644.541
Crédito de Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (a)	-	-	5.156.240	3.292.029
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) Retido LP	1.828.219	-	1.828.219	-
Total	1.828.219	-	8.103.906	3.936.570
Total	1.830.091	148.863	10.681.938	5.129.845

O saldo de PIS, Cofins, IRRF e CSL registrados no curto prazo estão previstos para serem compensados com esses mesmos tributos a recolher nos próximos períodos. Com base em análises e projeção orçamentária aprovadas pela Administração, a Companhia e suas controladas não

preveem riscos de não realização desses créditos tributários, desde que as projeções orçamentárias se concretizem.

A compensação do Pis e Cofins para apuração dos valores a recolher destes impostos, leva em consideração os valores de créditos obtidos no desenvolvimento e na construção da infraestrutura. O valor do crédito de Pis e Cofins a ser compensado, é calculado na proporcionalmente ao valor de cada contraprestação durante o período de vigência do contrato.

- a) Os créditos de PIS e Cofins, foram decorrentes das baixas dos imobilizados em andamento dos projetos com Aviso de COD entregues até exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

16. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos a receber dos sócios	-	-	-	1.000
Brasol Soluções Energeticas Ltda	695.897	859.011	-	-
Brasol Sistemas de Energia Solar 4 Ltda	14.445	-	-	-
Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda	41.366	-	-	-
Brasol Subestações de Energia Ltda	113.756	-	-	-
Brasol Sistemas De Energia Solar 8 Ltda	36.340	-	-	-
Brasol Sistemas De Energia Solar 9 Ltda	116.473	-	-	-
Brasol Sistemas De Energia Solar 10 Ltda	164.319	-	-	-
Brasol Sistemas De Energia Solar 12 Ltda	183	-	-	-
Total	1.182.780	859.011	-	1.000

Os outros créditos são valores recuperáveis para a Companhia e suas controladas. Eles estão relacionados à reembolso de despesas cobrados através de nota de débito entre os veículos.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) *Ativos e passivos fiscais diferidos*

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais **de imposto de renda**, base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. A constituição e realização do diferimento está atrelada a estimativas de resultados tributários projetados para os próximos anos.

As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL, como segue:

Brasol Participações e Empreendimentos S.A
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023

Controladora	31/12/2021	Efeito Resultado	31/12/2022	Efeito Resultado	31/12/2023
Receita de arrendamento	-	-	-	-	-
Prejuízo fiscais e bases negativas	-	224.586	224.586	1.400.769	1.625.355
	-	224.586	224.586	1.400.769	1.625.355

Consolidado	31/12/2021	Efeito Resultado	31/12/2022	Efeito Resultado	31/12/2023
Diferenças temporárias - arrendamento	-	(2.931.610)	(2.931.610)	(552.367)	(3.483.977)
Prejuízo fiscais e bases negativas	2.180.014	1.822.543	4.002.557	6.666.492	10.669.049
Outros		(36.627)	-	198.202	-
	2.180.014	(1.145.694)	1.070.947	6.312.327	7.185.072
Ativo não circulante	2.180.014	1.822.543	4.002.557	5.487.882	9.490.439
Passivo não circulante	-	2.931.610	2.931.610	(626.243)	2.305.367
	2.180.014	1.070.947	1.070.947	7.185.072	7.185.072

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.862.960)	(4.024.550)	(20.186.908)	(2.654.270)
Aliquota nominal	34%	34%	34%	34%
	5.393.407	1.368.347	6.863.549	902.452
(+/-) Ajustes dos impostos referente:				
Resultado de equivalencia patrimonial	(3.408.983)	(1.054.360)	-	-
Outros	(583.654)	(89.401)	(1.138.836)	(2.048.146)
Lucro Real	1.400.770	224.586	5.724.713	(1.145.694)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(587.615)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.400.770	224.586	6.312.327	(1.145.694)
Aliquota Efetiva	-8,83%	-5,58%	-28,36%	43,16%

c) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que a Administração considera provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

Em 2023, com base em suas projeções futuras de resultados, a Companhia não reconheceu integralmente o ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais acumulados. No entanto, se estas estimativas mudarem, um ativo fiscal diferido pode vir a ser reconhecido a qualquer momento, resultando em uma receita de imposto de renda e contribuição social. De acordo com a legislação tributária brasileira, os créditos fiscais não utilizados decorrentes de prejuízos a compensar não possuem prazo para prescrição.

2023

	BSE7	Consolidado
Prejuízos fiscais acumulados	12.273.064	12.273.064
Bases negativas acumuladas	12.273.064	12.273.064
Efeito tributário	4.172.842	4.172.842
Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	4.172.842	4.172.842

18. Investimentos

	Informações das entidades em				Participação da Controladora					
	31 de dezembro de 2023				No patrimônio líquido		No resultado		Total	
	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária (%)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Brasol Soluções Energéticas Ltda.	146.140.484	143.248.483	(13.410.680,66)	100%	143.248.483	67.868.512	(13.410.681)	(191.938)	129.837.802	67.676.574
Brasol Sistemas de Energia Solar 2 Ltda.	5.071.185	7.661.029	1.557.609,29	100%	7.661.029	6.630.708	1.557.609	1.030.321	9.218.638	7.661.029
Brasol Sistemas de Energia Solar 3 Ltda.	1.373.892	1.422.999	43.260,39	100%	1.422.999	356.700	43.260	(21.993)	1.466.259	334.707
Brasol Sistemas de Energia Solar 4 Ltda.	83.762.413	80.332.629	2.097.417,33	100%	80.332.629	58.888.663	2.097.417	(3.300.428)	82.430.046	55.588.234
Brasol Sistemas de Energia Solar 5 Ltda.	9.180.522	8.559.387	458.663,85	100%	8.559.387	9.034.242	458.664	(621.135)	9.018.051	8.413.107
Brasol Sistemas de Energia Solar 6 Ltda.	2.125.882	2.129.997	(690.291,87)	100%	2.129.997	2.090.882	(690.292)	4.115	1.439.706	2.094.997
Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda.	23.334.812	23.334.812	459.351,71	100%	23.334.812	9.790.525	459.352	-	23.794.164	9.790.525
Brasol Electric Vehicles Ltda.	1.000	1.000	(1.130,18)	100%	1.000	-	(1.130)	-	(130)	-
Brasol Subestações de Energia Ltda.	568.000	568.000	(1.865,57)	100%	568.000	-	(1.866)	-	566.134	-
Brasol Sistemas de Energia Solar 8 Ltda.	9.228.250	9.228.250	(33.488,15)	100%	9.228.250	-	(33.488)	-	9.194.762	-
Brasol Sistemas de Energia Solar 9 Ltda.	35.871.812	35.871.812	(7.350,83)	100%	35.871.812	-	(7.351)	-	35.864.461	-
Brasol Sistemas de Energia Solar 10 Ltda.	31.754.000	31.754.000	(79.923,12)	100%	31.754.000	-	(79.923)	-	31.674.077	-
Brasol Renewables Investment Company Ltda.	603.337	603.337	(415.978,58)	100%	603.337	-	(415.979)	-	187.359	-
Brasol Sistemas de Energia Solar 11 Ltda.	12.938.407	12.938.407	(1.702,37)	100%	12.938.407	-	(1.702)	-	12.936.704	-
Brasol Sistemas de Energia Solar 12 Ltda.	-	-	(310,23)	100%	-	-	(310)	-	(310)	-
Total do investimento da controladora					357.654.141	154.660.231	(10.026.419)	(3.101.057)	347.627.722	151.559.174

	Principais valores das controladas						
	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a Receber	Imobilizado	Fornecedores	Receita líquida	Custo	Despesas
Brasol Soluções Energéticas Ltda.	25.273.144	63.086.438	7.830.227	3.210.230	111.228.408	(97.378.287)	(27.260.802)
Brasol Sistemas de Energia Solar 2 Ltda.	958.304	6.416.018	-	16.259	-	-	1.557.609
Brasol Sistemas de Energia Solar 3 Ltda.	343.171	388.948	1.362.474	532.873	-	-	43.260
Brasol Sistemas de Energia Solar 4 Ltda.	1.342.175	96.570.297	18.441.356	30.399.168	55.371.207	(29.795.430)	(23.478.361)
Brasol Sistemas de Energia Solar 5 Ltda.	490.852	11.139.682	579.437	1.090.550	2.443.180	(1.617.391)	(367.126)
Brasol Sistemas de Energia Solar 6 Ltda.	299.891	2.159.126	200.693	277.337	3.760.261	(1.927.797)	(2.522.756)
Brasol Sistemas de Energia Solar 7 Ltda.	2.721.718	2.832.333	51.150.014	336.528	85.631.940	(24.824.805)	(60.347.783)
Brasol Electric Vehicles Ltda.	607	-	-	-	-	-	(1.130)
Brasol Subestações de Energia Ltda.	5.006	-	1.028.494	-	-	-	(1.866)
Brasol Sistemas de Energia Solar 8 Ltda.	362	-	13.464.514	5.243.412	-	-	(33.488)
Brasol Sistemas de Energia Solar 9 Ltda.	69.797	-	58.129.959	27.328.149	-	-	-
Brasol Sistemas de Energia Solar 10 Ltda.	34.943.455	-	59.287.386	29.175.648	-	-	-
Brasol Renewables Investment Company Ltda.	206.802	-	-	7.056	1.891.886	-	-
Brasol Sistemas de Energia Solar 11 Ltda.	-	-	15.889.781	1.575.310	-	-	-
Brasol Sistemas de Energia Solar 12 Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
Total	66.655.284	182.592.840	227.364.336	99.192.520	260.326.883	(155.543.710)	(112.412.443)

19. Imobilizado

Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.522.300	445.282	678.463	42.080	1.279	4.763	26.859.902	30.554.069
Aquisições	2.361.906	438.032	676.522	-	2.250	130.227	243.665.143	247.274.081
Baixas	(1.729.901)	-	(14.000)	(2.535)	-	-	(47.859.620)	(49.606.056)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	3.154.305	883.314	1.340.985	39.545	3.529	134.991	222.665.425	228.222.094
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(8.392)	(5.779)	(186)	-	-	-	(14.358)
Depreciação	-	(53.682)	(76.170)	(2.381)	(89)	-	-	(132.321)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(62.074)	(81.949)	(2.567)	(89)	-	-	(146.679)
Depreciação	-	(112.839)	(111.409)	(3.822)	(44)	(1.720)	-	(229.834)
Adições	-	-	-	-	89	-	-	89
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	-	(174.914)	(193.358)	(6.389)	(44)	(1.720)	-	(376.424)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	3.154.305	708.400	1.147.627	33.157	3.485	133.271	222.665.425	227.845.670

¹O Imobilizado em andamento demonstra toda a evolução dos projetos. No momento do envio do Aviso de COD e o reconhecimento tanto da receita quanto dos direitos creditórios imobiliários, é realizada a baixa do imobilizado através do custo. Tal procedimento, segue o estabelecido no CPC 27 – “Ativo Imobilizado” – item 67 – O valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado:

- (a) por ocasião de sua alienação; ou
- (b) quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.” Aplica-se o conceito estabelecido no item 3.2, em NE relação a entrega do projeto ao cliente no âmbito do contrato ELA.

A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade do teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

20. Arrendamento

a) Direito de uso

	<u>Direito de Uso de Superfície</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Aquisições	3.754.856	3.754.856
Baixas	(3.201.121)	(3.201.121)
Baixas de ajuste a valor presente	1.767.091	1.767.091
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.320.826	2.320.826
Aquisições	17.680.502	17.680.502
Baixas	(9.400.572)	(9.400.572)
Baixas de ajuste a valor presente	4.882.130	4.882.130
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	15.482.886	15.482.886

Os direitos de uso adquiridos pela Companhia e suas controladas estão ligados diretamente com os projetos. A Companhia realiza contratos de direito real de superfície com prazo médio de 20 anos. Quando um projeto que contém o direito real de superfície é entregue ao cliente, a posse do direito de uso é transferida ao cliente juntamente com todo o custo de investimento do projeto, desta forma a Companhia realiza a baixa do direito de uso.

b) Arrendamento a pagar

	<u>Arrendamento a pagar</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Adições	4.114.084	4.114.084
Pagamentos	(777.011)	(777.011)
Baixas de ajuste a valor presente	58.372	58.372
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.395.445	3.395.445
Adições	17.680.502	17.680.502
Pagamentos	(1.182.366)	(1.182.366)
Baixas de ajuste a valor presente	841.552	841.552
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	20.735.133	20.735.133

Circulante	1.285.109
Não circulante	19.450.024

De acordo com o CPC 12 os valores são apresentados no seu valor presente, desta forma o usuário da demonstração consegue evidenciar o valor do dinheiro no tempo. Os contratos em questão fazem referência ao ativo de direito de uso.

21. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	97.569	-	19.114.595	13.485.343
Provisão de custos BTS (a)	-	-	1.278.432	10.272.335
Total	97.569	-	20.393.027	23.757.678

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, além dos investimentos nos projetos da Companhia e suas controladas. Sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

A crescimento do saldo a pagar, no comparativo consolidado de 2023 com 2022, é justificável com o aumento de projetos em 2023, exigindo consideravelmente a necessidade de contratação de serviços e aquisição de materiais operacionais.

(a) Foi constituída a provisão de custos com base nos contratos firmados com fornecedores, a realização desses custos somente incorrerá após a data efetiva do Aviso de COD e conforme a sua realização o valor é compensado, assim consumindo o saldo da provisão. Tal reconhecimento demonstra de maneira coerente o princípio contábil da competência, apresentando no resultado operacional o custo efetivo para conclusão dos projetos.

22. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	-	-	1.382.595	627.971
Encargos sociais	3.100	3.641	390.056	246.342
Total	3.100	3.641	1.772.651	874.314

Houve aumento no quadro de colaboradores, sendo 102 em 2023 (79 em 2022).

23. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributos corrente				
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre salários	1.855	-	539.909	115.923
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre serviços tomados	-	-	30.651	2.417
Contribuição retido na fonte (CRF) a recolher	4.784	-	69.760	10.628
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre serviços tomados	-	-	699.566	5.525
Imposto sobre serviço (ISS) sobre serviços tomados	-	-	285.357	30.732
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) a recolher	-	-	64.095	196
Programa de Integração Social (PIS) a recolher	8.949	-	35.225	63.624
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) a recolher	48.959	-	171.768	293.113
Imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) a recolher	-	-	302.965	36.457
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) a recolher	-	-	140.925	26.159
Total	64.547	-	2.340.222	584.774
Tributos a apropriar				
Programa de Integração Social (PIS) a apropriar (a)	-	-	1.909.578	1.282.848
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) a apropriar (a)	-	-	8.795.631	5.908.878
Total	-	-	10.705.209	7.191.726
Total	64.547	-	13.045.430	7.776.501
Circulante	64.547	-	2.480.641	996.882
Não circulante	-	-	10.564.789	6.779.619

As obrigações tributárias seguem o planejamento tributário elaborado, passando periodicamente por revisões.

O aumento no IRRF s/ salários é reflexo do aumento dos quadros de colaboradores.

(a) A Companhia e suas controladas registram o efeito do PIS e da Cofins sobre contrato de ELA em uma conta de “apropriar”, na medida que o valor de PIS e Cofins apurado mensalmente levando em consideração a contraprestação recebida for devido, reconhece a obrigação a pagar na conta de passivo de PIS e Cofins a recolher contra a conta de PIS e Cofins a apropriar, sem efeito no resultado.

Vale destacar, que o valor demonstrado está em conformidade com a legislação brasileira representada na lei nº 6.404/76 nos artigos 183 e 184, alterados pela lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.

24. Empréstimos e Financiamentos

Controladora		Principal	Juros	Derivativo - Swap	(-) Pagamentos	Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-
	Contrato 20230614000014	Vcto Junho/2024	124.801.066	6.359.666	4.387.552	135.548.285
	Contrato 20231128000005	Vcto Maio/2024	59.457.197	445.929	822.884	60.726.010
	Saldo em 31 de Dezembro de 2023		184.258.264	6.805.595	5.210.436	196.274.295
	Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-
	Contrato 20230614000014	Vcto Junho/2024	124.801.066	6.359.666	4.387.552	135.548.285
	Contrato 20231128000005	Vcto Maio/2024	59.457.197	445.929	822.884	60.726.010
	Saldo em 31 de Dezembro de 2023		184.258.264	6.805.595	5.210.436	196.274.295
	Saldo em 31 de Dezembro de 2023		184.258.264	6.805.595	5.210.436	196.274.295

25. Outras obrigações

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outras obrigações (a)	8.281	11.365	170.349	11.365
Acordo trabalhistas (b)	-	-	-	360.000
Adiantamento à Clientes	-	-	12.721	-
Notas de Débito - Brasol Group	115.811	-	-	-
Total	124.092	11.365	183.070	371.365

Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Notas de Débito - Brasol Group	196.157	-	-	-
Certificado de Registro Imobiliário (c)	-	-	67.587.890	-
Provisão de Custo - Marco E	-	-	977.385	-
Total	196.157	-	68.565.275	-

(a) Em dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas realizaram a aquisição de duas usinas em Rio de Janeiro, dentro da distribuidora Light, denominada “UFV União Empreendimentos Fotovoltaicos Ltda” Essa aquisição foi realizada no valor de R\$16.680.134, em outras obrigações compõe um valor remanescente de R\$162.000,00 (cento e sessenta mil reais) do preço de aquisição de quotas aguardando para pagamento conforme contrato firmado em 28 de Dezembro de 2023, e será pago após a apresentação do Laudo Pericial de Fiscalização e Recebimento de Obra e da ART de Perícia e Fiscalização, quando da conclusão da obra complementar do Projeto de Drenagem.

(b) Em decorrência do curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas possuíram apenas um acordo trabalhista registrado e quitado em 2022. Para efeito de contingência, a Companhia e suas controladas não possuem processos trabalhistas, previdenciários, tributários e cíveis.

(c) Relacionada ao Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários (CRI) dos projetos com o cliente Enersim. A Companhia e suas controladas podem optar por realizar uma securitização performada, antes, no momento, ou depois do Aviso de COD, através de uma venda verdadeira (*true sale*) sobre o total ou parte dos direitos creditórios imobiliários registrados ou a registrar como contas a receber em seu balanço patrimonial. O valor contabilizado nessa rubrica, é derivado de uma securitização antes do COD e se trata de reembolsos do CAPEX do projeto recebidos da securitização, sendo amortizado o valor quando houver COD do projeto.

(d) Relacionado ao prazo de provisão do capex, conforme definido por contrato de Enersim1, calculado ao valor presente sob taxa de desconto aplicada pela Companhia.

26. Patrimônio líquido

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ações preferenciais	-	445
Ações ordinárias	202.466.257	2.444.876
Total	202.466.257	2.445.320
	31/12/2023	31/12/2022
Reserva de Ágio - preferenciais	-	174.358.759
Reserva de Ágio - ordinárias	-	4.587.982
Reserva de Capital	346.595.525	-
Total	346.595.525	178.946.741
Total	549.061.782	181.392.061

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 202.466.257 dividido em 12.647.881 ações. Em 2023 foi:

- (i) integralizado R\$ 181.779.062 como ações ordinárias referente todas as ações preferenciais (A,B,C,D e E); e
- (ii) registrado um aporte de capital no valor de R\$ 18.241.875;

Dessa forma se totalizou um aumento de R\$ 200.020.937. Além disso, e decorrente do novo acionista Helius Brazil S.A.(BlackRock), foi constituída uma reserva de capital de R\$ 203.241.875.

b) Reserva de Capital

A Companhia e suas controladas registram uma reserva de capital social mediante a entrada do acionista Helius Brazil S.A.(BlackRock). Conforme estatuto registrado, o valor da reserva de capital a integralizar será integralizado, obrigatoriamente, conforme as “chamadas de capital” para atender a demanda de projetos atendendo os pré-requisitos acordados.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Integralizado	346.595.625	-
Total	346.595.625	-

O valor integralizado está constituído por:

- (i) R\$ 36.483.750 destinado a *Escrow Account*;
- (ii) R\$ 166.758.125 aportado em transferência bancária; e
- (iii) R\$ 143.353.750 contabilizado em ativos recebíveis realização das “chamadas de capital” e despesas da transação conforme estatuto e contrato.

27. Receita líquida

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita de arrendamento (a)	149.098.474	147.044.744
Venda de mercadorias (d)	110.166.774	1.847.094
Serviços prestados (c)	1.061.634	1.362.288
Apropriação ajuste a valor presente (f)	13.574.453	-
Receita Bruta	273.901.336	150.254.126
(-) Deduções		
Devolução de mercadoria	(216.361)	-
Ajuste a valor presente (b)	(65.388.798)	(66.475.480)
Tributos sobre receita operacional (e)	(18.496.571)	(7.970.865)
Receita Líquida	189.799.605	75.807.781

(a) Correspondente aos valores estabelecidos nos contratos de arrendamento (CPC 06) por ter atingido a obrigação de performance e a efetiva interconexão dos projetos da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas apresentam um crescimento de 1,50x em 2023 comparado com 2022.

(b) A Companhia e suas controladas devem realizar o reconhecimento das suas receitas líquidas representado pelo valor equivalente ao investimento líquido, que é o investimento bruto ajustado a valor presente, contra uma receita na demonstração do resultado do exercício. Em outras palavras, a receita total do contrato de ELA menos seu respectivo AVP, conforme mensurado no CPC 12.

(c) Correspondente aos serviços prestados pela Companhia e suas controladas em relação aos contratos de Contrato de Operação de Equipamento (Equipment Operation Agreement “EOA”) para os projetos em operação.

(d) A Companhia e suas controladas adotaram a estratégia de realizar a venda dos módulos e inversores para os prestadores de serviços, a fim de otimizar sua margem e gerar uma eficiência na entrega dos projetos aos clientes.

(e) Para os tributos incidentes sobre as receitas decorrentes do contrato de ELA, o valor demonstrado dos tributos representa o seu efeito líquido, ou seja, a demonstração apresenta o efeito do ajuste a valor presente, conforme o anexo do CPC 12 – “Ajuste a Valor Presente”, incorporando a legislação brasileira representada na lei nº6.404/76 nos artigos 183 e 184, alterados pela lei nº11.638/07 e MP nº449/08.

(f) Conforme o tempo e a realização do contrato de ELA, a Companhia realizada mensalmente a apropriação do ajuste a valor presente, revertendo o efeito inicial gerado no reconhecimento da receita, dessa forma, ao fim do contrato, todo o valor registrado como ajuste a valor presente é revertido.

28. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos (d)				
Custos de construção - projetos	-	-	(63.950.702)	(66.742.231)
Custos de operação - EOA	-	-	(1.498.939)	(21.407)
Custos de mercadoria vendida	-	-	(96.087.715)	(1.711.158)
Crédito PIS	-	-	1.069.137	464.998
Crédito Cofins	-	-	4.924.509	2.464.920
Subtotal custos	-	-	(155.543.710)	(65.544.880)
Despesas Terceiros				
Serviços de terceiros (a)	(54.529)	(1.038.751)	(2.262.153)	(3.931.107)
Despesas operacionais (b)	(824.349)	(153.796)	(12.866.386)	(1.699.804)
Indenizações	-	-	(816.953)	(197.438)
Seguros	(32.151)	(41.896)	(436.350)	(196.167)
Despesas Pessoal (c)				
Salário	(102.353)	(119.998)	(9.397.300)	(3.848.508)
Bônus	-	-	(4.526.681)	(59.165)
Férias e 13º salário	-	-	(1.946.616)	(1.061.404)
Encargos	(24.000)	(26.000)	(3.750.793)	(1.342.685)
Benefícios à funcionários	-	-	(2.269.134)	(819.165)
Subtotal despesas	(1.037.382)	(1.380.441)	(38.272.365)	(13.155.442)
Total	(1.037.382)	(1.380.441)	(193.715.064)	(78.700.321)

(a) Serviços de terceiros corresponde em sua maioria à consultoria administrativa. Serviços de terceiros corresponde em sua maioria à consultoria administrativa.

(b) As despesas operacionais correspondem a gastos do escritório e despesas jurídicas necessárias para o desenvolvimento adequado dos projetos

(c) A Companhia e suas controladas apresentam um aumento no quadro de funcionários, encerrando o exercício de 2023 com 102 colaboradores contra 79 do exercício de 2022.

(d) O valor de Custos corresponde à baixa dos imobilizados em andamento, acrescido de provisão para custos de construção a incorrer, por ocasião da entrada em operação comercial dos projetos (Aviso COD).

Vale destacar que os esforços investidos pela Companhia e suas controladas nos custos de desenvolvimento e construção são decorrentes de contratos com fornecedores.

Os créditos de PIS e Cofins são pertinentes as baixas de imobilizados e a sua compensação segue o conceito da contraprestação da receita, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, item a.

29. Resultado financeiro

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre aplicações financeiras	7.801.165	485.696	13.909.766	723.968
Receita financeira - AVP	-	-	-	61.428
Outras receitas financeiras	155.066	12.281	212.977	99.474
Variações cambiais	767.241	-	767.241	-
Total	8.723.472	497.977	14.889.984	884.870

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros passivos	(972)	-	(54.640)	(12.200)
Despesas bancárias	(95.741)	(21.655)	(326.001)	(31.025)
Perda Financeira (a)	-	(1.288)	(17.322.314)	(1.950.627)
Outras despesas financeiras	(5.642.691)	(18.003)	(5.986.168)	(89.510)
Multa/Juros sobre impostos	(429)	(82)	(3.464)	(91.161)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(6.805.595)	-	(6.805.595)	-
Comissões Bancárias	(977.203)	-	(977.203)	-
Juros sobre Oper. Arrendamento - IFRS 16	-	-	(1.867)	(18.996)
Total	(13.522.631)	(41.028)	(31.477.252)	(2.193.518)
Resultado Financeiro	(4.799.159)	456.949	(16.587.267)	(1.308.648)

(a) A perda financeira é decorrente de operação de securitização, pela diferença entre o fluxo líquido gerado pela operação de securitização e o valor presente dos recebíveis que foram cedidos.

30. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Brasol Participações e Empreendimentos S.A
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023

Controladora - 31 de dezembro de 2023	Nota	Custo amortizado	Valor contábil total	Hierarquia do valor justo
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Aplicações financeiras - caixa e equivalentes de caixa	9	170.792.537	170.792.537	Nível 2
Aplicações financeiras	10	59.093.816	59.093.816	Nível 2
Total		<u>229.886.353</u>	<u>229.886.353</u>	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalente de caixa	9	181.971	181.971	Nível 2
Ativos Recebíveis	11	143.353.750	143.353.750	Nível 2
Outros créditos	16	1.182.780	1.182.780	Nível 2
Total		<u>144.718.501</u>	<u>144.231.985</u>	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Outras obrigações	25	474.108	474.108	-
Empréstimos	24	191.063.859	191.063.859	-
Instrumentos financeiros derivativos	24	5.210.436	5.210.436	-
Total		<u>196.748.403</u>	<u>196.748.403</u>	
Controladora - 31 de dezembro de 2022				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Aplicações financeiras	9	23.573.382	23.573.382	Nível 2
Total		<u>23.573.382</u>	<u>23.573.382</u>	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalente de caixa	9	19.224	19.224	Nível 2
Outros créditos	16	859.011	859.011	Nível 2
Total		<u>878.235</u>	<u>878.235</u>	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Outras obrigações	25	11.365	11.365	-
Total		<u>11.365</u>	<u>11.365</u>	
Consolidado - 31 de dezembro de 2023				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Aplicações financeiras	9	231.936.653	231.936.653	Nível 2
Aplicações financeiras scrow	10	59.093.816	59.093.816	Nível 2
Total		<u>291.030.469</u>	<u>291.030.469</u>	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalente de caixa	9	5.693.139	5.693.139	Nível 2
Contas a receber de clientes	12	202.406.923	202.406.923	Nível 2
Total		<u>208.100.062</u>	<u>208.100.062</u>	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Outras obrigações	25	183.070	183.070	-
Total		<u>183.070</u>	<u>183.070</u>	
Consolidado - 31 de dezembro de 2022				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Aplicações financeiras	9	64.183.037	64.183.037	Nível 2
Total		<u>64.183.037</u>	<u>64.183.037</u>	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalente de caixa	9	2.937.833	2.937.833	Nível 2
Contas a receber de clientes	12	143.598.706	143.598.706	Nível 2
Outros créditos	16	1.000	1.000	Nível 2
Total		<u>146.437.539</u>	<u>146.437.539</u>	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Outras obrigações	23	371.365	371.365	-
Total		<u>24.129.043</u>	<u>24.129.043</u>	

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. O controle desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, e são permanentemente acompanhadas pela Administração da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégia de posições financeiras e sistema de controles de limites de exposições a esses riscos. A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. As empresas estão expostas a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variação nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento de risco é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados, advindas dessas variações. A mediação da eficiência e avaliação dos resultados ocorre no fim dos contratos.

31. Gerenciamento de Risco

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito;**
- **Risco de liquidez; e**
- **Risco de mercado.**

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

No geral, a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia e suas controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, sua qualidade creditícia, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

O valor máximo exposto pela Companhia e suas controladas ao risco de crédito corresponde aos valores abaixo:

Ativos financeiros	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	9	181.971	19.224	5.693.139	2.937.533
Aplicações financeiras	9	170.792.537	23.573.382	231.936.653	64.183.037
Aplicação financeira	10	59.093.816	-	59.093.816	-
Ativos Recebíveis	10	143.353.650	-	143.353.650	-
Contas a receber de clientes	12	-	-	202.406.923	143.598.706
Outros créditos	16	1.182.780	859.011	-	1.000
Investimento Securitização	18	22.470.000	-	-	-
Total		397.074.754	24.451.617	642.484.181	210.720.276

Passivos financeiros	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Empréstimos	24	184.258.264	-	184.258.264	-
Juros sobre empréstimos	24	6.805.595	-	6.805.595	-
Instrumento financeiro derivativo	24	5.210.436	-	5.210.436	-
Total		196.274.295	-	196.274.295	-

Em 31 de dezembro de 2023 não havia saldos de contas a receber de clientes em atraso, motivo pelo qual não há provisão para redução ao valor recuperável a ser constituídas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado diretamente pela Administração da Companhia e suas controladas para mitigar riscos nas decisões tomadas. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Entre esses, o acompanhamento permanente de contas a receber e ajustes as necessidades dos clientes para eliminar qualquer tipo de inadimplência.

Os adiantamentos a fornecedores têm sua avaliação de crédito realizada no momento da assinatura do contrato de fornecimento e os adiantamentos segue os contratos e a política interna da Companhia e suas controladas para sua realização.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detinham ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 207.443.258 na controlada e R\$ 274.098.542 no consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 23.592.606 na controlada e R\$ 67.120.870 no consolidado em 31 de dezembro de 2022). O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato da Companhia e suas controladas manterem seus saldos com bancos e instituição financeiras tradicionais no mercado.

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

Consolidado 31 de dezembro de 2023

Passivos financeiros	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos
Fornecedores	21	20.393.027	20.393.027	20.393.027			
Empréstimos e instrumentos financeiros	24	196.274.295	196.274.295	196.274.295			
Arrendamentos a pagar	20	20.735.134	20.735.134	1.014.843	1.269.553	5.078.210	5.616.039
Outras obrigações	25	68.748.345	68.748.345	183.070	67.587.890		977.385
		195.009.957	195.009.957	107.701.776	68.857.443	5.078.210	5.616.039,25

Consolidado 31 de dezembro de 2022

Passivos financeiros	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos
Fornecedores	21	23.757.678	23.757.678	23.757.678			
Arrendamentos a pagar	20	3.395.444	7.687.799	309.856	161.356	322.711	968.134
Outras obrigações	25	371.365	371.365	251.365	120.000		
		27.524.487	31.816.842	24.318.899	281.356	322.711	968.134

Não é esperado que fluxos de caixa possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Para manutenção da continuidade operacional, a Companhia e suas controladas contam com o suporte dos acionistas, conforme mencionado nas notas explicativas detalhadas anteriormente.

iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de matérias primas, irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro das operações da Companhia e suas controladas.

A Administração da Companhia e suas controladas acompanham o mercado e suas oscilações de forma permanentemente. Visando minimizar este risco, a Companhia e suas controladas procuram se antecipar aos movimentos de mercado, utilizando tanto inteligência de dados como compras de matérias primas nacionalizadas. Além disso, a Administração da Companhia e suas controladas revisam permanentemente (de proposta a proposta) oscilações do mercado para ajustar descontos e oferta de valor para o cliente final.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras indexadas ao CDI e contas a receber de clientes indexadas ao IPCA.

Exposição ao risco de taxa de juros - consolidado

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e suas controladas era:

Ativos financeiros	Nota	2023	2022
Aplicações financeiras	9	268.405.403	64.183.037
Ativos Recebíveis	10	143.353.650	-
Contas a receber de clientes	11	202.406.923	143.598.706
Investimento Securitização	10	22.470.000	-
Total		636.635.976	207.781.743

Passivos financeiros	Nota	2023	2022
Empréstimos e instrumentos financeiros	24	196.274.295	-
Total		196.274.295	-

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos instrumentos, e nas taxas de juros, a Companhia e suas controladas efetuaram uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário atual nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação e depreciação das taxas – consolidado

Ativos e passivos financeiros	Exposição 31/12/2023	Risco	Cenário 1 provável %	Valor	Cenários			
					Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
					Cenário 2 25%	Cenário 3 50%	Cenário 2 25%	Cenário 3 50%
Aplicação financeiras	268.405.403	CDI	12%	31.270.977	39.088.721	46.906.466	23.453.233	15.635.489
Contas a receber de clientes	202.406.923	IPCA	5%	9.351.200	11.689.000	14.026.800	7.013.400	4.675.600
Investimento Securitizadora	22.625.066	IPCA	5%	1.045.278	1.306.598	1.567.917	783.959	522.639
Empréstimo	196.274.295	CDI	12%	22.867.233	28.584.042	34.300.850	17.150.425	11.433.617
Total	689.711.687			64.534.688	80.668.360	96.802.032	48.401.016	32.267.344

Fontes: a informação CDI foi extraída da base da CETIP, na data-base do último dia útil de dezembro de 2023 e o IPCA foi extraído da base do IBGE, acumulado até a data-base do último dia útil de dezembro de 2023.

32. Coberturas de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelo nosso auditor independente.

* * *

Diretor Presidente

Tyler Eldridge

Diretor Financeiro

Jorge Andres Tamariz Amador

Contador

Douglas Fernando Baraldi Rosa

CRC - SP-318231/O-0